

Recurso digital na aprendizagem dos surdos: leitura e a escrita

Digital resource in learning of the deaf: reading and writing

Cristiane Lumertz Klein Domingues^a

Editor

Maria Inês Côrte Vitória
PUCRS, RS, Brasil

Equipe Editorial

Pricila Kohls dos Santos
PUCRS, RS, Brasil
Marcelo Oliveira da Silva
PUCRS, RS, Brasil
Carla Spagnolo
PUCRS, RS, Brasil
Rosa Maria Rigo
PUCRS, RS, Brasil

ISSN 2179-8435



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo sobre a inclusão, sobre as leis e aborda a educação no desenvolvimento do surdo, discutindo o uso do recurso digital durante esse processo. O estudo descreve por meio de uma pesquisa qualitativa os resultados alcançados através de respostas adquiridas numa entrevista realizada com alunos surdos. Visa compreender como esse indivíduo utiliza o recurso digital, em especial para poder pensar como ele poderia usufruir da educação a distância, considerando as limitações da sua deficiência. Os resultados obtidos na entrevista, com os alunos surdos, apontam que a maior dificuldade está nos textos escolhidos para as aulas, por serem longos e porque eles não dominam completamente a língua portuguesa, pois a língua deles é libras, isso torna a leitura mais difícil e trabalhosa. Também, se levantou algumas sugestões, para o uso de maneira mais qualificada, das ferramentas usadas no meio digital, com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Digital; Surdo; Leitura.

ABSTRACT: This article presents a study on the inclusion on the laws, and then deals with the education in the development of the deaf, discussing the use of digital resource during this process. The study describes through a qualitative research results achieved through responses acquired in an interview with deaf students. It aims to understand how this individual uses digital resource, especially to be able to think how he could take advantage of distance education considering the limitations of their disability. The results obtained in the interview with the deaf students point out that the greatest difficulty lies in the texts chosen for lessons because they are long, because they do not completely dominate the Portuguese language because their language is pounds, it makes reading more difficult and laborious. Also, got some suggestions for the use of more qualified way, the tools used in the digital environment, with the goal of improving student learning.

Keywords: Digital; Deaf; Reading.

^a Doutorado (2011) e Mestrado (2008) em Letras, área de concentração em Teoria da Literatura Infantil, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduação em Pedagogia (1993) e Especialização em Leitura: teoria e prática, pela Faculdade Porto-Alegrense. Professora na Faculdade Porto-Alegrense (especialização e graduação) e na Fatepa (graduação). Alfabetizadora por 15 anos, experiência no Ensino Fundamental e Educação Infantil. <cristianedomingues@fapa.com.br>

Introdução

Este artigo deseja compreender aspectos relacionados à área da educação de surdos, e sua acessibilidade no meio digital, em especial a educação a distância. Discutir a inclusão atualmente contribui para a adaptação de alunos deficientes na escola regular com maior facilidade e proporciona conhecimentos diversificados para adaptação das práticas pedagógicas dos professores.

O problema que norteou a pesquisa foi: como o indivíduo surdo poderia utilizar o recurso digital de forma eficiente, quando lê e escreve usando a ferramenta digital, em especial para poder pensar como ele poderia usufruir da educação a distância considerando as limitações da sua deficiência?

Com o objetivo de buscar a resposta para essa pergunta foi realizada uma entrevista com 8 alunos surdos, estudantes do ensino superior, a fim de perceber como acontece a acessibilidade durante o ensino a distância desses alunos, descobrir as propostas e objetivos pedagógicos, que estão voltados para a perspectiva de inclusão de surdos nos ambientes tecnológicos na Educação a Distância (EaD).

A metodologia de trabalho empregada foi baseada numa pesquisa de campo através do método qualitativo, com a realização de entrevistas realizadas com perguntas abertas. Os dados coletados nas entrevistas realizadas foram separados em duas categorias distintas: acesso e facilidade.

Em suma, pensar em abordar esta temática reforça a necessidade de discutir a inclusão dos indivíduos nas escolas regulares de maneira efetiva, então pensar sobre melhores maneiras de incluir o aluno surdo no meio digital permitiu análises e reflexões que assumem um caráter avaliativo diante da prática pedagógica sobre a acessibilidade de surdos, as quais devem possibilitar situações em que se tornem significativas e prazerosas aos envolvidos, no que diz respeito a tranquilidade para ler e escrever.

As conclusões chegadas, ao final do estudo, sobre a inclusão do aluno surdo no meio digital demonstraram que esses alunos leem os materiais solicitados com dificuldade, porque são textos longos. Outro ponto recorrente foi a falta de auxílio nas ferramentas digitais para eles, como: intérpretes no chat, escolha de textos menores; janelas explicativas das atividades. Tais constatações mostraram que os professores poderiam adaptar as atividades no meio digital, para que pudesse acontecer a participação satisfatória dos surdos.

A inclusão: conceito e surgimento

No Brasil, a inclusão escolar vem sendo discutida ao longo dos anos por alguns grupos, mas somente ganhou força nas últimas décadas do século XX, por meio dos muitos documentos onde estão declarados os direitos dos

indivíduos com necessidades especiais, como: Declaração de Salamanca; Convenção de Guatemala; Declaração Internacional de Montreal no aspecto inclusivo, e além de leis no Brasil: a Constituição Federal de 1988 (CF), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB), incluindo inúmeros decretos complementares que garantem a educação como direito de todos, bem como, o atendimento das necessidades individuais.

As discussões atuais são muitas sobre a entrada de indivíduos com as chamadas necessidades especiais no ensino regular, porque entende-se a importância de serem incluídos de fato nesse sistema, sendo amparados em seus direitos pelas políticas públicas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9394/1996), no capítulo cinco, define a Educação Especial com a modalidade escolar para educandos com necessidades especiais, de preferência na rede regular de ensino, em seu artigo 58, nota-se que esta inserção do aluno com necessidades especiais foi legitimada pela lei, mas se está à espera da sua implementação efetiva na escola regular.

Como afirma Sasaki (1997), a Declaração de Salamanca é o texto mais completo e que mais esclarece sobre a inclusão, mostrando que a educação inclusiva não se remete somente ao deficiente, mas a todas as pessoas, ela diz que:

[...] escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Falar sobre inclusão traz à tona velhos debates sobre o despreparo da escola para receber esses alunos e conseqüentemente dos professores, que se perguntam muito como devem desenvolver suas práticas pedagógicas, as quais são preparadas para todos de modo geral, de maneira a não contemplar as diferenças que se tem em sala de aula, pois segundo Carvalho (2004), de uma forma geral os professores foram preparados para pensar sobre a hegemonia da normalidade, não foram qualificados para pensar o trabalho considerando as especificidades de cada indivíduo. Refletindo um pouco mais sobre o desafio que se impõe ao educador, que são provocados a reverem suas práticas homogeneizadoras e, portanto, excludentes, pode-se dizer que:

[...] inserir esses aprendizes nas escolas comuns, distribuindo-os pelas turmas do ensino regular, como figurantes, além de injusto, não corresponde ao que se propõe no paradigma da educação inclusiva e, de igual modo, não vamos contribuir para seu desenvolvimento integral. (CARVALHO, 2004, p. 109)

Por isso tem-se que pensar na inclusão em seus diversos aspectos: nos alunos com necessidades educativas especiais; nos professores, nas metodologias de ensino e intervenção, na gestão escolar; nos colegas e nos familiares: “[...] significa muito mais do que estar presente fisicamente dentro dos muros da escola, implica “um sentimento e uma prática mútua de pertença entre escola e a criança [...]” (FREITAS, RODRIGUES e KREBS, 2005, p. 88). Para isso, seria necessário entender o termo deficiência, lido seu conceito na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 13/12/2006:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (ONU, 2006)

Percebe-se que os alunos que convivem com alunos de inclusão na sala de aula são mais preparados para conviver com a diversidade na sociedade em que estão inseridos e que o convívio entre os alunos de inclusão amplia seu crescimento pessoal. De acordo com Araújo e Hetkowski:

Através da inclusão é que as crianças especiais aprendem a gostar da diversidade, adquirir experiência direta com a variedade das capacidades humanas, demonstrar crescentes responsabilidades, melhorar a aprendizagem através do trabalho em grupo [...] entendendo que são diferentes, mas não inferiores. (ARAÚJO, HETKOWSKI, 2005, p. 08)

Sabe-se que as crianças com deficiência podem aprender de acordo com as suas possibilidades, só que para isso precisam ser incluídas nas atividades pedagógicas e no planejamento diário do professor. Pode-se dizer que essas crianças aprendem como as outras, o que difere são as especificidades delas no ritmo de sua aprendizagem individual, que acontece em tempo e de modo diferente.

A inclusão e a escola

Segundo Aranha (2006), ao longo da história nota-se que a educação foi sempre seletiva e privilégio de poucos. Mesmo no século XVIII, quando Comênio defende “ensinar tudo a todos” e no século XIX muitas nações começam a implementar a escola pública, gratuita e para todos, ainda, assim, se está longe de conseguir a universalização do ensino. Basta constatar historicamente como a escola de qualidade sempre serviu as elites, enquanto os segmentos mais pobres da população foram sempre excluídos da escola. Segundo Mantoan:

[...] a inclusão também se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e viver dignamente (MANTOAN, 2003, p. 53).

E, não somente a exclusão por classe social, mas também com as mulheres, que ao longo dos tempos foram confinadas em trabalhos domésticos, cumprindo apenas o papel de mãe e esposa, sem o direito ao estudo. As palavras da autora confirmam tal afirmação:

Apenas no século XIX a coeducação deu os primeiros passos, embora o acesso da mulher a cursos superiores permanecesse muito restrito por algum tempo. Isso sem falar que a conquista da cidadania, pelo direito de votar, só ocorreu para ela na primeira metade do século XX, em datas diferentes conforme o país. (ARANHA, 2006, p. 327)

Além da sociedade excluir a mulher, as pessoas pela classe social que ocupam, ainda excluem aqueles que são considerados “inferiores”, Aranha (2006, p. 327), cita “[...] (deficiente físicos e mentais) e imigrantes. São excluídos também aqueles que abandonam a escola, por apresentarem dificuldades em acompanhar o modelo de escola implantado, por serem indisciplinados ou por necessidade de trabalhar para ajudar a família”. A autora reforça dizendo:

Só muito recentemente tem havido maior empenho em universalizar a educação, inicialmente pela defesa da integração dos diferentes e mais recentemente pela sua inclusão [...]. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (ARANHA, 2006, p. 327).

Refletir sobre o conceito de inclusão, que está sendo amplamente discutido em todas as instâncias da sociedade, em especial, no meio educacional traz para o debate a evidência do despreparo da escola para receber este aluno em sala de aula, porque os professores foram ao longo dos anos preparados para lidarem com os alunos ditos ‘normais’. Quando todos deveriam pensar a inclusão a partir do respeito à singularidade de cada pessoa, oferecendo a elas as mesmas oportunidades dadas aos outros na escola. Então:

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude livremente, sem preconceitos, sem barreiras. (MOANTOAN, 2003, p. 53)

A entrada na escola de alunos de inclusão proporciona reflexões para um espaço que sente a urgência da adaptação para todos em real sentido de igualdade: através de intervenções pedagógicas adaptadas especialmente para esse indivíduo, uma gestão escolar preparada, colegas, professores e funcionários atentos as diferenças. Portanto, para incluir o aluno surdo de forma completa na escola alguns pontos precisam ser discutidos.

O surdo e a maneira de se comunicar

Segundo Bernardino (2000), o surdo passou a ser considerado pela sociedade a partir do século XVIII e isso fez com que surgisse duas correntes de defesa para o ensino do surdo, denominadas de: oralismo, defende o aprendizado pela língua oral e o bilinguismo, defende a aprendizagem da língua oral e da língua de sinais, que reconhece o surdo em sua especificidade. Em defesa do bilinguismo foi elaborado o decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu artigo 2º, que denomina como escola para surdos: “§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo”.

Referente ao ensino do surdo na escola a Resolução do CNE nº 02/2001, denomina que: a educação dos alunos com surdez pode ser bilíngue, facultando-lhes às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que acharem adequada, os pais precisam estar cientes que existem duas modalidades para realizar a educação bilíngue, a língua brasileira de sinais (LIBRAS), e a língua portuguesa (oral e escrita). Sendo que os pais podem optar em o ensino das duas línguas simultaneamente ou, então, o ensino primeiramente da Língua de Sinais e posteriormente da Língua portuguesa.

Para designar uma pessoa com deficiência auditiva deve-se entender que ela possui perda total ou parcial, congênita ou adquirida da capacidade de entender o que é falado por meio do ouvido. No Brasil os graus de surdez são avaliados conforme a perda auditiva na zona conversacional do melhor ouvido, podendo ser: Deficiência auditiva leve: perdas entre 20 e 40 db (decibéis); Deficiência auditiva moderada: perda entre 40 e 60 db e Deficiência auditiva severa: perdas entre 60 e 80 db (BERNARDINO, 2000). Nascer surdo é bem mais complicado porque aconteceu antes da aquisição da linguagem, como afirma o autor:

[...] E ser deficiente na linguagem, para um ser humano, é uma das mais desesperadas calamidades, pois é somente através da linguagem que ingressamos plenamente em nossa condição e cultura humana, comunicamo-nos com os nossos semelhantes, adquirimos e partilhamos informações. Se não pudermos fazer isso, estaremos bizarramente incapacitados e isolados – quaisquer que sejam os nossos desejos, esforços ou capacidades naturais, E, na verdade, podemos ser tão pouco capazes de realizar nosso potencial intelectual a ponto de parecermos mentalmente deficientes. (SACKS apud BERNARDINO, 2000, p. 26)

Por isso, os surdos geralmente se comunicam por meio da Libras, pois apresentam uma perda total da audição ou de um grau bastante profundo. Segundo Honora e Frizanco:

Todas as pessoas precisam desenvolver uma forma de comunicação para se tornarem indivíduos não psicotizados, pois a língua (seja ela oral ou gestual) vai ser estruturante de nossos pensamentos. (HONORA, FRIZANCO, 2008, p. 54)

Para que a comunicação aconteça é necessário: “Além da linguagem falada, a comunicação acontece por meio de gestos, sinais e da linguagem corporal, que dão significado e apoiam a linguagem oral. Aprender a falar não é só memoriar sons e palavras” (FERNANDES, 2010, p. 22), portanto essa representação não deve ser deixada de lado para com crianças surdas, deve-se usar outros recursos, principalmente se ainda não há o conhecimento da língua de sinais, podendo ser esses recursos: mímicos; gestos e expressões corporais.

Foram feitas discussões importantes no Congresso Mundial de Professores Surdos, acontecido na Itália, quando foram debatidos os melhores métodos para a educação dos surdos, pois pessoas surdas compartilham características próprias, surgindo anos depois um estudo que destacou as características das comunidades de surdos, tais especificidades são fundamentais para se entender como fazer um trabalho efetivo com esses sujeitos. Como pode-se ler:

Enquanto pessoas surdas convivem com ouvintes, em seu ambiente de trabalho ou com a família, eles se apropriam de meios visuais para entender o meio ouvinte, essa experiência visual para acessar a informação implica dividir a comunicação [...]. (KARNOPP, KLEIN, 2005, p. 76)

Referente a forma de se comunicar dos surdos para que ocorra aprendizagem, uma das maiores dificuldades se refere à aprendizagem da leitura, da escrita e da língua falada para se comunicarem no meio em que vivem, isso

ocorre porque para o domínio da escrita são necessários conhecimentos da língua falada, o que para os surdos ocorre através de muitas dificuldades, conforme afirma Quadros (1997).

Metodologia da pesquisa

O presente artigo tenta mostrar como o indivíduo surdo poderia utilizar o recurso digital de forma eficiente, de modo a poder usufruir do ensino a distância para o aprendizado, considerando as limitações da sua deficiência. O tema proposto seria o da acessibilidade para pessoas com deficiência na EAD, e a maneira como ele lida com as ferramentas digitais. Para tanto pensou-se numa pesquisa de campo de cunho qualitativo. Segundo Bardin (2010), pesquisa qualitativa apresenta características particulares, sendo válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Outro autor completa:

Abordagem qualitativa parte do fundamento de que há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, [...] O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2001, p. 79)

A fim de responder a problemática desta pesquisa foram realizadas duas perguntas, sendo elas: 1) O que facilitaria seu acesso no meio digital, para fazer pesquisas e leituras? e 2) Existe algum modo diferenciado para acesso dos surdos no meio digital? Foram entrevistados oito alunos surdos, de uma instituição de ensino superior, de diversos cursos de graduação, as respostas foram escritas pelos alunos, com auxílio da intérprete da instituição na explicação das questões. Entrevista entendida como:

[...] o grau de estruturação de uma entrevista em uma pesquisa qualitativa depende do propósito do entrevistador. Em entrevistas semi-estruturadas utilizam-se questões abertas, que permitem ao entrevistador entender e captar a perspectiva dos participantes da pesquisa. (ROESCH, 2009, p. 159)

A partir dos dados coletados as respostas encontradas foram separadas em duas categorias distintas: acesso e facilidade. A categoria de acesso queria entender como o surdo percebe o seu acesso no meio digital, já a categoria facilidade desejava verificar se de fato o que é ofertado dá condições de aprendizagem. Categoria entendida aqui conforme apontamentos de Bardin (2010), como uma análise por áreas temáticas. As respostas foram tabuladas e levantou-se dados para análise dos resultados. Análise do conteúdo descrita por Guerra:

[...] a análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações da analista face a um objeto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teóricos-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência (GUERRA, 2006, p. 62).

Os dados levantados contemplam uma análise baseada no referencial teórico e nas respostas dadas pelos entrevistados.

A relação do indivíduo surdo com o recurso digital

O problema a ser entendido durante a pesquisa foi: como o indivíduo surdo poderia utilizar o recurso digital de forma eficiente, quando lê e escreve usando a ferramenta digital, em especial para poder pensar como ele poderia usufruir da educação a distância considerando as limitações da sua deficiência? Os alunos surdos responderam a duas perguntas, que discutiam o acesso e a facilidade que eles percebem ao lidar com a informática nos seus estudos cotidianos.

Ao se tratar da categoria sobre o acesso percebe-se como o aluno surdo usa a leitura e a escrita no meio digital. São apresentadas as respostas tabuladas no Quadro 1.

Quadro 1. Categoria

Acesso
Vídeos com legenda
Músicas com legenda
Notícias com legenda
Programas com legenda
Intérprete virtual
Janela com libras
Tradução dos textos
Textos com legenda
Simplificação de textos

Fonte: A autora.

A leitura do português para o aluno surdo se apresenta como uma tarefa difícil, porque o seu domínio seria Libras, o que torna a compreensão de textos extensos e densos um trabalho árduo para os alunos e de difícil entendimento. Os alunos confirmam tal afirmação quando dizem que para a melhora do desempenho na leitura seria necessário: *textos com legendas, simplificação dos textos e janela com libras*. Portanto, a escolha dos textos a serem utilizados nas aulas deveriam ser adaptados para os alunos surdos, por meio de um texto similar e menos extenso. Os professores podem considerar em suas aulas as sugestões dadas por esses alunos, para desse jeito tornar a aprendizagem deles menos penosa, como as ideias a seguir: escolha de vídeos, músicas e notícias com legenda, utilização de intérprete, janelas com explicação, tradução de textos e simplificação dos textos.

Ainda, demonstra que seu envolvimento com as ferramentas disponibilizadas são de difícil manuseio, portanto nada favorável, uma vez que a maneira como as tarefas propostas são apresentadas não facilitam o envolvimento desse aluno com as solicitações de estudo do texto pelo professor, principalmente, porque requer muito tempo de leitura e concentração.

A segunda categoria aborda a facilidade e tenta entender de que forma o meio digital considera as limitações de uma pessoa surda e quais as maneiras empregadas para ajudá-la. No Quadro 2 as respostas obtidas.

Quadro 2. Categoria

Facilidade
Celular por mensagem
Webcam com libras
Vídeo com libras
Programas com legenda
Interpretes

Fonte: A autora.

Tal categoria aponta caminhos para o professor planejar sua aula para os surdos, porque aparecem estratégias diversificadas, a fim de tornar o desenvolvimento da aprendizagem, por meio da leitura e da escrita mais tranquilo e harmonioso. Com aulas que contemplem vídeos com libras, que os programas escolhidos sejam apresentados com legendas e ao utilizar o chat de diálogo para troca de experiências entre os alunos seria mais interessante com webcam para eles, com intérpretes. Pode-se perceber com esta pesquisa que a maneira como a educação apresenta a metodologia para o aluno surdo precisa ser adaptada, para que os alunos possam ter mais facilidade para compreender os conteúdos estudados.

Considerações finais

O tema da inclusão foi inserido nos debates escolares a partir da década de 1990, portanto ainda, uma temática nova, por isso continuam os esforços pelas lutas dos direitos humanos em prol da igualdade. Diante da ampliação das discussões surgem muitas conferências, leis e decretos que abordam os direitos de todos os indivíduos de forma igualitária, mas, mesmo assim, a inclusão seria considerada um grande desafio para os professores na escola regular.

As escolas recebem a matrícula de todos os alunos sem nenhuma forma de distinção e deixam para os professores a função de acomodar todas as diferenças em suas turmas, o que acontece de maneira insatisfatória, devido a diversos fatores: falta de formação continuada sobre as deficiências, falta de material específico para atender as demandas necessárias e falta de monitores para auxiliar o trabalho do professor. A prática pedagógica do professor parece muito pautada no ensino de um modo geral, e isso não prevê as diferenças da sala de aula. As afirmações feitas são reforçadas nas entrevistas realizadas com os alunos surdos, os quais destacam aspectos importantes, como: a utilização dos materiais que são trabalhados durante as aulas não são adaptados para realidade deles, quando eles dizem que precisam de tradução para os textos a serem lidos, pedem a simplificação dos textos trabalhados e solicitam que abram janelas explicativas no computador para que eles consigam entender a leitura solicitada, facilitando assim sua compreensão e o processo de escrita sobre os textos estudados.

Pode-se concluir ao final desta pesquisa que o professor ao escolher as leituras para os alunos surdos poderia considerar as especificidades do aluno surdo, que não domina completamente a língua em que os textos são escritos, tentando simplificar esses textos de diversos modos: por meio de resenhas sobre o assunto; esquemas que orientem a leitura; ou, até mesmo, a escolha de textos menores para leitura. Outra possibilidade, sugerida por eles, seria a abertura de janelas contendo explicações sobre os textos e orientações para a leitura, também chat de debate com webcam e intérpretes, porque as conversas escritas acontecem numa velocidade maior de escrita do que a leitura deles consegue fazer. Para que esse aluno consiga utilizar de forma eficiente as ferramentas oferecidas pelo meio tecnológico será necessário que o professor faça algumas adequações na metodologia escolhida, que contemplem as especificidades dos alunos surdos.

Referências

- ARAÚJO, K. S. S.; HETKOWSKI, T. M. **Educação Inclusiva: o direito**. Recife: Editora Construir, 2005. Disponível: <<http://www.construirnoticias.com.br/asp/materia.asp?id=980>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2010.

- BERNARDINO, Elidéa. **Absurdo ou lógica?** Os surdos e sua produção linguística. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação:** 9.394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 out. 2014.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906&Itemid=866>. Acesso em: 13 out. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica (CNE e CNB), 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13208:resolucao-cp-2001&catid=323&Itemid=164>. Acesso em: 17 out. 2014.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva:** com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNADES, Maria. **Os segredos da alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2010.
- FREITAS, Soraia; RODRIGUES, David; KREBS, Ruy. **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais.** Santa Maria: UFSM, 2005.
- GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo:** sentidos e formas de uso. Portugal: Principia, 2006.
- HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary L. **Esclarecendo as deficiências:** aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.
- KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena. **A língua na educação do surdo.** Porto Alegre: SEED, 2005.
- LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; CASTRO, Bernardo Monteiro de. Dialogando sobre preconceito, políticas de inclusão escolar e formação de professores. In: SILVA, Divino José da; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (Orgs.). **Valores, preconceito e práticas educativas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- MANTOAN, Maria. **Inclusão escolar:** o que é? Porquê? Como fazer? São Paulo: Moderna 2003.
- MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil:** História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1998.
- QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.
- ROESH; Azevedo. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2009.
- SASSAKI, R. K. **Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Endereço para correspondência:

Cristiane Lumertz Klein Domingues
Oscar Allem, 216 – Jardim Planalto
91220-420 Porto Alegre, RS, Brasil
<cristianedomingues@fapa.com.br>

Recebido em: maio/2015

Aceito em: julho/2015